

UMA NOVA REVOLUÇÃO EM PERNAMBUCO: BASTIDORES DE UMA SUPOSTA SEDIÇÃO PROJETADA EM 1817 POR “MÃO OCULTA” DO GOVERNO NORTE-AMERICANO

FLAVIO JOSÉ GOMES CABRAL ¹

Em 1º de março de 1818, Luís do Rego Barreto (1777-1840), último governador régio pernambucano, se correspondia por carta com o ministro do reino Tomás Antônio Vila Nova Portugal (1755-1839) dando conta da situação de sua província, da Paraíba e o do Rio Grande do Norte, regiões onde a revolução rebentada há quase um ano havia sido pacificada à custa de muita perda de sangue. Nessa correspondência ele demonstrava receio de que outro levante, agora urdido no estrangeiro, em particular nos Estados Unidos da América do Norte, por elementos que foram enviados àquele país pelos revolucionários pernambucanos, pudesse novamente inflamar a província.

Pelo teor das correspondências passadas entre os agentes reais, as tensões ainda continuavam, demonstrando que a pacificação da região que posteriormente passou a se chamar de Nordeste não pôs em tranquilidade as autoridades, persistindo o temor de que, minoradas os primeiros conflitos, qualquer faísca poderia incendiar a região, levando a população a se rebelar. Luís do Rego vinha recebendo da América do Norte constante correspondência do abade José Correia da Serra, que serviu no período de 1816 e 1820 a coroa, na qualidade de embaixador plenipotenciário nos EUA, informando a chegada de emissários do governo revolucionário e os planos arquitetados por ele para sustentar a revolução. O abade tomou ciência, através de Antônio Simões Rosado Freire, da presença de Antônio Gonçalves da Cruz, dito Cabugá, na capital americana. Ele havia partido de Pernambuco, no calor da revolução, em 24 de março de 1817, como agente diplomático, para conseguir apoio e o reconhecimento do governo de Washington para a jovem república criada no Nordeste brasileiro. O emissário levou na bagagem 60:000\$000, destinados a comprar armas e munições para combater as tropas de D. João VI, na esperança de alistar mercenários para serem engajados no

¹ Professor de história da Universidade Católica de Pernambuco.

exército republicano, “mandando quanto antes remeter tudo ao Porto do Recife ou alguns outros das províncias limítrofes, no caso de bloqueio (COSTA, 1958:390).

Antônio Gonçalves da Cruz herdou o apelido Cabugá do genitor, Manuel Gonçalves da Cruz, senhor de alguns imóveis no Recife setecentista. A alcunha, que se tornou mais forte após o desaparecimento do pai, viera do nome da rua onde ele nascera, em uma casa assobradada de três pavimentos. Mesmo sendo conhecido pelo apelido que o imortalizou, Gonçalves da Cruz não chegou a adicioná-lo ao nome, como se verifica em vários documentos da época, inclusive no passaporte, que tirou em 30 de março de 1797 quando fez a primeira viagem à Europa (COSTA, 1984:13-14).

No Velho Mundo, tomou conhecimento das efervescências liberais advindas das revoluções americana e francesa e, de volta ao Recife, passou a maquinar, com outros entusiastas, planos conspiratórios contra a coroa, que desaguariam no movimento de 1817. Muitas dessas reuniões sediciosas foram organizadas em suas residências, ora na que ficava na cidade, ora em São José do Manguinho. A casa da cidade, segundo o contemporâneo Dias Martins (1972:106-107), possuía uma biblioteca que continha livros de natureza política e, portanto, proibidos, além de ostentar em suas paredes gravuras de importantes figuras das citadas revoluções. Com a instituição do governo provisório em 1817, foi investido no cargo de presidente do erário até a data em que resolveu, por motivos particulares, vender os bens e partir em definitivo para os Estados Unidos. Em consequência dessa decisão, o governo revolucionário decidiu, em 11 de março, investi-lo no cargo de embaixador junto ao governo estadunidense, tendo como intérprete Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira.

A missão de Cabugá teria a mesma finalidade de outras enviadas para a Inglaterra e Buenos Aires, sendo todas elas prova da preocupação dos revolucionários em tentar concretizar as relações com essas nações e garantir futuras relações diplomáticas e comerciais. Aliás, o movimento de 1817 não desejou alterar a natureza da produção, pois entendia que para concretizá-la deveria ser assegurada a comercialização com o exterior e que para isso era preciso entrar em contato com as principais nações. No ofício de 12 de março endereçado ao presidente dos Estados Unidos, o governo provisório, além de deixar visível seu desejo de garantir para aquele país “liberdade absoluta de comércio”, fazia ver sua admiração por aquela nação, que

havia conquistado a independência, bem como dizia que a revolução em curso no Nordeste em muitas de suas atitudes havia se espelhado no exemplo que aquele país tinha dado ao mundo (LEITE, 1988:214-215).

Os interesses de Cabugá se coadunaram com os de alguns soldados bonapartistas franceses refugiados nos Estados Unidos e que desde algum tempo vinham maquinando plano para pôr em fuga Napoleão Bonaparte, que se encontrava prisioneiro dos ingleses na ilha atlântica de Santa Helena. Esses planos estavam sendo capitaneados por José Bonaparte, ex-monarca espanhol e irmão de Napoleão, que à custa de muito dinheiro planejava arranjar embarcações e tentar libertar o antigo imperador dos franceses (ANRJ, GIF1 GJ83 1). Segundo constava, a rota de fuga se daria pela Ilha de Fernando de Noronha, que distava algumas milhas da prisão de Santa Helena. Do Brasil o fugitivo seria conduzido para os Estados Unidos, onde seu irmão e admiradores o aguardariam.

Em um momento em que praticamente estavam encerradas as propagandas antinapoleônicas, iniciadas no princípio do século, motivadas pela invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas, e encontrando-se o ex-imperador dos franceses trancafiado, não representando risco à corte refugiada no Rio de Janeiro, a coroa procurava naquele momento consolidar seus interesses nos trópicos. É nesse quadro de instabilidade, em que a antiga sede da monarquia portuguesa perdia seus louros para a nova metrópole carioca, que o discurso napoleônico é retomado no Nordeste, evidenciando o descontentamento dos colonos, que reclamavam do encarecimento dos produtos comestíveis, do monopólio dos portugueses, que ocupavam os melhores cargos, da expedição militar na Banda Oriental, considerada um projeto dispendioso, em que a população da região não via vantagem alguma, além dos altos impostos para pagar os gastos da corte sem usufruírem de maiores benefícios. O caso da suposta conspiração para libertar Napoleão e da provável ajuda de seus antigos soldados aos rebeldes de 1817 era coisa que merecia consideração, por isso envolveu muito estratégia das autoridades reais, que procuravam assegurar a restauração da região aos domínios do soberano.

Na realidade, antes de Cabugá ter sido procurado pelos bonapartistas, já em 1816, portanto um ano antes desses acontecimentos, D. João VI era informado em 24 de novembro, através do intendente Viana, dos planos de José Bonaparte, que, aliás, não

fora o primeiro nem o último. Isso deixa claro o quanto a coroa portuguesa mantinha-se informada sobre o comportamento de seus inimigos. O missivista demonstrava inquietação e dizia temer pelo rei porque, estando o Brasil na rota de fuga de Napoleão, este, através de um ato revanchista, poderia pôr em ação um plano de vingança contra o monarca, que no início do século não cedeu aos seus rogos, preferindo escapar para o Brasil, deixando que as tropas desenfreadas dele ocupassem Portugal. Esclarecia, ainda, que a Inglaterra tinha ciência dos planos arquitetados pelo irmão de Bonaparte e que havia reforçado o contingente militar em Santa Helena, que com certa frequência vinha espantando, com descargas de artilharias, as embarcações americanas que se aproximavam da ilha (ANRJ, GIFJ GJ83 1).

Os passos de Cabugá foram espionados pelos agentes de Correia da Serra e por aqueles que se diziam leais à monarquia. Antônio Simões Rosado Freire, que havia tomado ciência das ebulições revolucionárias de 1817 através do irmão residente em Pernambuco ao lhe escrever da Filadélfia em 20 de dezembro, dizia temer que o governo ianque ajudasse os revolucionários, principalmente pelo fato de, para ele, o caráter da revolução recentemente eclodida no Nordeste estar bem claro. “É tudo contra nós europeus, eu os tenho ouvido de dia e de noite”, comentava (ANRJ, IJJ9, 242, fl. 50). Diante do exposto, e por se sentir e dizer um bom português, portanto fiel à coroa e à religião (como haviam ensinado os pais), decidiria contatar com o embaixador Correia da Serra e relatar o que sabia. O informante parecia angustiado por temer que o governo norte-americano ajudasse os revolucionários, como também receava que Cabugá se aliasse aos revolucionários espanhóis e desse ordem para seus corsários virem

para a costa do Brasil, para tomar sumacas com algodão, que dizem que entre Paraíba e Pernambuco saem muitas e que isto lhes será bastante para as suas despesas dos corsários e que querem ver se podem introduzir guerrilhas entre estas praças Paraíba e Pernambuco, para ajudar os do seu partido (ANRJ, IJJ9, 242, fl. 50).

Nesses anos conturbados, em que a América espanhola se desligava de sua metrópole, denúncias chegavam até o soberano português relatando a constante ação corsária sobre os navios dos súditos portugueses que partiam das costas brasileiras com destino a Lisboa e outros portos do reino português. Os comerciantes lusitanos chegaram a denunciar ao monarca a participação de mercadores dos Estados Unidos

naquele negócio, que, providos de passaporte e bandeira dos “insurgentes de Buenos Aires”, pilhavam navios ancorados nas costas nordestinas e nos mares, causando-lhes sérios prejuízos. Na tentativa de contornar a situação, resolveram aqueles senhores solicitar a D. João VI que interviesse no governo de Washington e também lhes fornecesse navio de guerra “para cortar qualquer empresa hostil dos barbarescos e das outras nações dadas à pirataria”. E não deixaram de ressaltar seu desprazer de não estarem envolvidos em “guerra com alguma nação; achava-se desgraçadamente a navegação portuguesa reduzida de fato, a que nenhum navio pode sair com alguma segurança do mar sem ser armado, ou sem navegar em comboio” (LEITE, 1988:217-218). A ação da diplomacia da coroa portuguesa chegou a ser tão intensa a ponto de o governo norte-americano encaminhar em 1816 ao Congresso mensagem solicitando poderes para agir contra os comerciantes e resguardar a neutralidade americana nas guerras de independência dos países americanos.

De fato, no momento em que Cabugá desembarcou nos EUA, para seu desconsolo, se encontrava em vigor no país desde 3 de março de 1817 a Lei da Neutralidade Americana frente aos movimentos de independência dos países do bloco americano. O jornalista Hipólito da Costa, em seu *Correio Braziliense* nº XIX, fez alguns comentários sobre a referida lei, informando que o embaixador plenipotenciário português teria sido um dos responsáveis por aquela decisão, usando seu prestígio para barrar os intentos dos congressistas liberais norte-americanos de não aprovar a referida lei. Afora o envolvimento do cônsul Joseph Ray no Recife em ajudar os rebeldes pernambucanos, cuja ação merece uma pesquisa mais acurada, a política americana em relação aos movimentos deflagrados no Brasil foi de neutralidade. Em 1789, Jefferson mostrava interesse em fazer um tratado comercial com Portugal; em 1817 e 1818, Brackenridge veio ao Brasil em missão oficial objetivando barganhar para seu país acordos comerciais, deixando clara a intenção do governo de Washington de não se envolver em movimentos republicanos ou de caráter separatista (DIAS: 2005:130).

Cabugá aportou em Boston no dia 14 de maio de 1817. Um mês depois se deslocou para Washington, não sem antes passar por Nova Iorque. Naquela capital manteve contato com Richard Rush (1780-1859), procurador-geral dos EUA, cujas aspirações “felizmente não foram atendidas”, segundo informe de Rosado Freire ao representante do rei em Washington (ANRJ, IJJ9, 242, fl. 50). Decepcionado, decidiu

partir para o Porto de Baltimore, em Maryland, e depois para a Filadélfia. A ida àquele porto deveu-se, certamente, à compra de armas e munições, uma vez que se tratava de um importante ponto comercial e muito frequentado por homens do mar que atuavam contra navios portugueses e espanhóis. Os armamentos foram remetidos para o Brasil em dois navios, mas antes de chegar ao seu destino a revolução havia sido sobrepujada.

As correspondências entre as autoridades portuguesas davam conta de que os rebeldes da América espanhola recebiam apoio americano e que havia necessidade de se “vigiar bem a costa [brasileira] e saber a tempo o que nela se passa”, dizia Luís do Rego em 1º de março de 1818 a Tomás Antônio Vila Nova Portugal, evitando dessa maneira que ações revolucionárias fossem amortecidas, impedindo o surgimento de “empresas” que talvez pudesse “fazer o governo americano com sua mão oculta” (ANRJ, IJJ, 242, fl. 5). Assim sendo, se espalhou entre os agentes da coroa o medo de uma possível invasão americana sobre o Nordeste. Por isso as tropas foram postas em estado de alerta, sendo necessário verificar os pontos estratégicos da região e suas fortificações. Tanto que em princípios de março de 1818 Luís do Rego resolveu inspecionar *in loco* alguns pontos estratégicos nordestinos e conhecer suas necessidades.

Ao vistoriar o forte de Itamaracá, situado em Pernambuco, e o de Cabedelo, na Paraíba, achou-os incapacitados para a defesa, por isso recomendou ao coronel Soares de Andrea que fizesse um relatório sobre aqueles problemas, a fim de que a coroa tomasse as devidas providências. Ao percorrer alguns lugares do interior paraibano, achou-os bastante decadentes e desprezados, sendo a causa de tamanho descaso a falta de circulação de dinheiro, que corria para a capital da província sem, no entanto, retornar para aquelas áreas; quando isso ocorria os numerários correriam para o bolso dos grandes proprietários de terras. Afora isso, achava que muito outros problemas poderiam ser superados se não fosse a falta de punho de seu colega paraibano, que agia timidamente, não se prestando para ocupar o importante cargo (ANRJ. IJJ9, 242, fl. 54).

Antes de Cabugá aportar no território estadunidense, partia do Recife no dia 13 de março, portanto uma semana após a eclosão do levante de 1817, o maçom e negociante inglês Charles Bowen (1772-1822), que deixava Pernambuco com destino à América do Norte. Falou-se que ele aproveitaria o ensejo para entrar em contato com o governo americano e, em nome do governo provisório, anunciar a revolução em curso e a futura chegada de um representante, que deveria ser Cabugá, para costurar futuros

laços de amizade e de comércio. Bowen havia conseguido aliciar um gazeteiro, que fez espalhar pelos jornais locais notícias favoráveis sobre o movimento eclodido no Brasil em 1817; em seguida foi recebido pelo procurador do Estado americano, para descontentamento de Correia da Serra, que, sabendo desse encontro, deixou a Filadélfia, onde assistia às sessões do Congresso, e foi para Washington, solicitando no dia 31 de maio de 1817 audiência a Rush, que foi pontuada por algumas asperezas, agravando as tensões entre as duas autoridades. Foi o próprio Rush que em ofício datado de 18 de junho de 1817 dirigido ao presidente da República relatou aqueles contratemplos e justificou a visita de Bowen, que teria acontecido em caráter “inteiramente informal” (VEIGA, 1979:272).

Além de Charles Bowen, chegaram aos Estados Unidos no dia 23 de abril vindos de Pernambuco dois americanos, um chamado de Seebohn, que privava da amizade do revolucionário Domingos José Martins (1784-1817), e outro não identificado, também estabelecido na mesma província. Eles pareciam bastante entusiastas do movimento ali deflagrado e ao desembarcarem se encarregaram de escrever às pessoas de seu círculo de amizade tentando persuadi-las de que o movimento pernambucano era favorável aos americanos, de quem esperava total apoio (LEITE, 1988:216). Essas notícias parecem ter tomado vulto nos Estados Unidos, atraindo a simpatia de algumas pessoas, e isso deixava em infortúnio o representante da monarquia portuguesa no país. Em outra oportunidade, Correia da Serra, visivelmente preocupado com a situação, pedia às autoridades norte-americanas que não recebessem nenhum representante dos revolucionários pernambucanos, demonstrando censura a Rush por ter recebido o inglês Bowen. E em 13 de maio, em nota oficial, anunciava que um agente dos revolucionários pernambucanos estava a caminho, o que de fato ocorreria no dia seguinte, quando Cabugá aportava em Boston. Por outro lado, informava que, diferentemente do que se vinha comentando, os distúrbios pernambucanos não passavam de uma simples sedição e que no momento oportuno iria se pronunciar em caráter oficial, o que efetivamente fez em 14 de junho de 1817.

Correia da Serra denunciou a Rush todas as ações de Cabugá nos EUA, fazendo-o ver que tudo aquilo era muito ultrajante para Portugal, uma vez que as autoridades ianques tinham conhecimento das compras que ele realizou e nada fizeram para impedi-

lo. Isso concorria para reforçar a suspeita de que a Europa, ou melhor, a Santa Aliança, tinha sobre a posição dos EUA, olhando o país como incentivador de rebeliões. Ao retrucar as acusações, Rush fez Correa da Serra ver “que o comércio de armas não estava proibido nem pelo direito internacional, nem pelas próprias leis” americanas. Quanto às rebeliões, salientou que era princípio de seu país “não intervir ou emitir opinião sobre tais distúrbios”, bem como que os países da Europa não tinham direito de criticar os EUA como incentivador de rebeliões se “fizessem justiça e atentassem para a história americana”, e que os princípios norte-americanos estavam embasados nas ações do passado (VEIGA, 1979:273-274).

Correa da Serra procurou se explicar dizendo que não fora bem compreendido, que nutria uma simpatia pela nação norte-americana e que suas observações não foram feitas em caráter oficial. Praticamente percebendo seu fracasso para barrar a ação de Cabugá e visivelmente contrariado com a atitude passível do governo americano, resolveu pôr D. João VI em alerta, principalmente o governo de Pernambuco, que deveria vigiar os navios estrangeiros ali chegados, sobretudo os vindos da América do Norte, evitando o desembarque de equipamentos bélicos adquiridos naquela localidade e dos franceses ali engajados para compor os exércitos revolucionários.

Correa da Serra manteve intensa comunicação com o governador pernambucano e, temendo que tais correspondências caíssem em mãos inimigas, buscou uma maneira de elas chegarem ao destinatário sem serem interceptadas durante o trajeto. Se por um lado as autoridades portuguesas desconfiavam que suas correspondências eram violadas, o mesmo ocorria com os americanos. A carta que ele escreveu de Washington para Luís do Rego em 15 de dezembro de 1817 denunciava que na Filadélfia se preparava para zarpar para Pernambuco um navio suspeito, o “Hoop Packet”. Apesar de se tratar de um navio de pequeno porte de um mastro, sendo impróprio para cargas, tinha a fama de ser excelente veleiro. Entre os passageiros se encontrava o português Manoel, que foi barbeiro em Pernambuco, curioso em pilotagem. Segundo informações, esse homem andou conversando com Cabugá, portanto merecia toda a atenção das autoridades assim que desembarcasse (ANRJ. IJJ9, 242, fl. 5).

Em outro momento informava que Cabugá havia contratado os serviços do navio Pinguim, que deixava os EUA rumo ao Brasil com munições. O navio, segundo

confissões dos marinheiros que foram interceptados no Brasil, tinha como destino Gibraltar, mas afundara antes de chegar ao seu destino, permitindo que eles chegassem à costa paraibana. Como as autoridades desconfiaram de que aqueles marujos faltavam com a verdade, eles foram levados para a prisão, onde confessaram que, antes de deixarem a América do Norte, ouviram boatos sobre os planos de fuga de Napoleão. Posteriormente ficou esclarecido que o navio que os transportava não havia afundado e que tudo se tratava de uma ação premeditada, seguindo a embarcação seu curso.

Preocupado com o alargamento dos contatos de Cabugá, o representante português não descansou um só minuto, pondo seus agentes nos encaixos dele. Ao ser informado de que o embaixador da República de 1817 havia conseguido fretar dois navios e que uma misteriosa embarcação havia partido do Porto de Nova Iorque em junho daquele ano com destino ignorado, suas desconfianças se alargaram, principalmente quando ficou constatado que a bordo viajavam alguns franceses, entre eles o coronel Latapie, que outrora servira a Napoleão como soldado. A partir de então suas correspondências com o governador pernambucano passaram a ser mais acentuadas e quase sempre solicitando cautela, principalmente por ocasião do desembarque dos estrangeiros, que poderiam se ocultar no interior ou em outro local mais seguro e, longe dos olhares das autoridades, poderiam organizar focos revolucionários (ANRJ. IJJ9, 242, fl. 51).

A misteriosa embarcação de que fala o embaixador português é o brigue de bandeira norte-americana Paragon, fundeado em fins de 1817 na Baía Formosa, no litoral do Rio Grande do Norte. As suspeitas de Correia da Serra tinham fundamento. A bordo da embarcação realmente se encontravam o coronel Latapie e mais três emigrados franceses: Louis-Adolphe Le Doulcet (Conde de Pontécoulant), sobrinho de Grouchy, um dos marechais de Bonaparte, e os militares Artong e Raulet, figuras de uma suposta conspiração para libertar Napoleão da prisão. No território potiguar conseguiu alguns víveres e zarpou, deixando ali o Conde de Pontécoulant, que se dizia médico e botânico e que no Rio Grande do Norte contou com o apoio do secretário do governo José Inácio Rodrigues para permanecer na província. Enquanto isso, o resto da tripulação seguiu viagem, desembarcando na Paraíba, onde o brigue deixou Latapie, Artong e Raulet.

É através de Ferreira da Costa (apud GRIECO, 1995:32-33) que se tem notícia do ofício do governador de Pernambuco datado de 3 de outubro de 1817. Segundo o documento, o coronel Latapie declarou, na presença do mandatário provincial, que ele e outros companheiros estavam na Filadélfia quando tomaram conhecimento da eclosão da revolução pernambucana e que José Bonaparte o impelira a vir a Pernambuco para verificar “se a revolução era tal qual se dizia e informá-lo sobre o assunto”, com o objeto de procurar ocasião oportuna “para preparar uma flotilha e fazer evadir o ex-imperador” dos franceses. A confissão de Latapie se constituía em uma preciosa informação, por isso, a fim de agradar ao monarca, ficou acertado que o próprio coronel seria o portador das informações na corte do Rio, onde se poderia arrancar outras informações.

Como se vê, a suspeita de invasão de soldados ligados a Napoleão deixou preciosas pistas documentais do receio de que esses militares, de comum acordo com Cabugá, pudessem ser mandados para alguma das partes do reino português. As correspondências do diplomata português Correa da Serra dão prova do esforço para evitar que Pernambuco se contaminasse pelas ideias bonapartistas, mesmo que, naquela ocasião, a revolução irrompida no Nordeste já tivesse sido debelada. Sem dúvida, todo esse clima de expectativa coincide com a circulação de proclamações entre as camadas populares francesas, principalmente da região parisiense, em fins de 1817, anunciando que insurretos sul-americanos projetavam libertar Bonaparte da prisão. Resta saber se essas notícias se tratam de simples boato ou se tinham alguma fundamentação. Obviamente todas essas pistas merecem ser analisadas com mais profundidade. Contudo, o episódio faz perceber o fascínio exercido por Napoleão em alguns homens de sua época (NEVES, 2003:16).

De uma ou de outra forma, em torno da imagem de Napoleão travou-se desde o início das guerras napoleônicas em Portugal uma batalha que encontrou suas armas no campo das representações. Se por um lado ele era tido como “monstro do universo”, por outro era admirado, despertando fascínio entre uns e medo nas autoridades locais, que desejavam conhecer até que ponto os estrangeiros desembarcados no Brasil tinham ligação com Cabugá e com os amigos de Napoleão. As correspondências consultadas permitem perceber que o auxílio que os franceses dariam à jovem república não era

nada muito expressivo, talvez se constituísse em uma tarefa subsidiária do plano maior, ligado, como vimos, à fuga de Bonaparte. Presos, aqueles homens foram remetidos para Pernambuco, quando a mando do governador local se abriu uma devassa para conhecer os reais objetivos da presença deles no Brasil. A devassa, que se encontra no Arquivo Nacional, está sendo estudada e nos permite conhecer a aflição dos agentes reais em preservar os interesses do monarca numa região conhecida por antigos intentos de rebeldia, como também abre a possibilidade de se conhecer as mentalidades, as práticas de sociabilidade, o imaginário político e social do período da Independência do Brasil.

FONTES

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). Série Interior – Negócios de Províncias e Estados (IJJ9 – 242).

GIFI GJ83 (1)

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1958, 7 v.

_____. *Anais pernambucanos*. 2. ed. Recife: Fundarpe, 1984, 6 v.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DIAS MARTINS, Joaquim. *Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções tentadas em 1710 e 1817*. 2. ed. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1972.

GRIECO, Donatello. *Napoleão e o Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais*. Recife: Fundaj/Editora Massangana, 1988.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Entre o mito e a história: Napoleão Bonaparte na ótica do Brasil. *Anais da XXIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, SBPH, p. 13-19, 2003.

VEIGA, Gláucio. O cônsul Joseph Ray, os Estados Unidos e a Revolução de 1817. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, IAHGP, v. LII, p. 267-284, 1979.